



DEPUTADOS E SINDICATOS JUNTOS CONTRA DEMISSÃO DE TERCEIRIZADOS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS



Audiência pública sobre a situação dos trabalhadores em empresa de prestação de serviços na Câmara

Trabalhadores terceirizados que prestam serviço na Câmara dos Deputados estão sendo demitidos e substituídos por aliados de deputados federais da bancada do Distrito Federal. A denúncia foi feita, na manhã desta quinta-feira (28), pela deputada Erika Kokay (PT-DF), durante audiência pública sobre a situação dos trabalhadores em empresa de prestação de serviços na Câmara.

De acordo com a deputada, até o momento, 150 pessoas foram demitidas. As vagas, disse, estão sendo usadas como moeda de troca para os parlamentares da base local que apoiam o presidente Michel Temer.

“Criaram um palanque em defesa de Michel Temer com a vida de pessoas do DF. Muitos dos trabalhadores demitidos prestavam serviço nesta Casa há mais de 20 anos. Essas demissões são inaceitáveis”, denunciou Kokay.

A presidente da Associação dos Terceirizados do Congresso, Valdívnia Martins Ramos, disse que os três mil terceirizados do local estão convivendo com o medo constante. Além das ameaças de demissões, ela contou que até mesmo quando os trabalhadores faltam ao trabalho, mesmo que por conta de greve de ônibus ou dispensa médica, são penalizados. “Todos os terceirizados estão convivendo com

a ameaça diária de demissão. A direção da Casa tem que arrumar outras formas de cortar gastos, e não demitindo trabalhadores”, protestou Valdívia.

O Diretor da CNTV e deputado distrital Chico Vigilante (PT) lembrou que a situação de descaso com o terceirizados da Câmara não é novidade. Antes, lembrou, as condições eram tão precárias que, em seu primeiro discurso na tribuna da Câmara dos Deputados, quando lá estava, em 1991, denunciou a situação precária dos trabalhadores terceirizados, no local.

“Na época, conseguimos que a Câmara fosse a primeira instituição a oferecer um ticket alimentação para terceirizados, e que os salários dos trabalhadores da Casa fossem acrescidos em 30%, acima do piso da categoria”, contou o parlamentar.

Segundo Chico Vigilante, a ameaça de demissões de terceirizados demonstra o rebaixamento no nível da política brasileira. “Isso é inaceitável. Precisamos fazer a mobilização devida, ir ao presidente da Câmara e ao Ministério Público do Trabalho para tomar providências contra essa situação”, disse Chico. “Tenho acompanhado relatos do que está acontecendo e posso dar o testemunho de que a relação de tratamento com os terceirizados regrediu em 30 anos”, completou.

O parlamentar sugeriu ainda que as denúncias relatadas fossem levadas a Organização Internacional do Trabalho (OIT), para que o organismo tome conhecimento da situação dos trabalhadores terceirizados na Câmara, e também ao Ministério Público Eleitoral. “Se as vagas estão sendo usadas como moeda de troca para cabos eleitorais, isso caracteriza campanha antecipada e compra indireta de votos. Isso é crime”, lembrou Vigilante.

O vice-presidente do Sindicato dos Vigilantes do Distrito Federal, Regivaldo Nascimento, disse que o momento é de preocupação e exige união de todas as categorias que estão sendo

ameaçadas. Segundo ele, além da reforma trabalhista que começa a vigorar no próximo mês novembro, com potencial de retirar direitos dos terceirizados, o novo edital para contratação de vigilantes na Câmara prevê o teste de aptidão física – o que pode ocasionar em mais demissões. “O momento é de união contra a retirada de direitos e o desemprego”, avisou Nascimento.

A audiência também contou com a participação da deputada Luíza Erundina (PSOL-SP), da presidenta do Sindicato dos Terceirizados, Maria Izabel Caetano, do Diretor da CNTV, José Maria de Oliveira e do presidente da CUT-Brasília, Rodrigo Brito.

Ao final da audiência, ficou decidida a realização de uma reunião institucional, solicitada ao presidente da Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), com o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, para rever as questões das demissões. Além disso, será criado um fórum permanente com os sindicatos das categorias para atuar dentro da Câmara, com a supervisão da CUT, para acompanhar de perto a situação dos terceirizados do local.

Fonte: Assessoria Chico Vigilante

QTC: CONVITE

VIGILANTES DE BARUERI CONVIDAM PARA REUNIÃO SOBRE ASSUNTOS IMPORTANTES DA CATEGORIA

TEMAS:

- O IMPACTO DA REFORMA TRABALHISTA NA SEGURANÇA PRIVADA
- ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Presenças do presidente da CNTV, José Boaventura, e representante do Dieese

RESPEITE VIGILANTE

DATA: 30 DE SETEMBRO, SÁBADO, A PARTIR DAS 8H

LOCAL: SEDE DO SINDICATO - RUA CLARO DE CAMARGO SOBRINHO, 358, VILA POUSO ALEGRE, BARUERI

DIEESE

Deputado Van Hattem ofende vigilantes em sessão na Assembleia Legislativa do RS



Vigilantes foram exigir aprovação do projeto anticalote na sessão da Comissão de Segurança

Os vigilantes que foram à Assembleia Legislativa na manhã desta quinta-feira (28), para acompanhar a sessão da Comissão de Segurança e Serviços Públicos, foram surpreendidos com as ofensas do deputado Marcel Van Hatten (PP). Além de se associar ao deputado Tiago Simon (PMDB), que pediu vistas do projeto anticalote e travou a votação na comissão, Van Hatten chamou os vigilantes de “burgueses” e “fascistas”.

Recebeu o que merecia: na mesma hora, ouviu os protestos veementes e indignados da direção e apoios do sindicato, que estavam presentes em peso para acompanhar a votação. “Burguês é tu, guri, que nunca pegou um ônibus lotado pra dizer isso”; “Respeita quem é trabalhador”; “Tu não tem condições de ser deputado, coxinha!”, foram algumas das frases que ele teve que ouvir.

“É uma pouca vergonha um guri como esse, que nunca trabalhou na vida, vir aqui, na Casa do Povo, desrespeitar trabalhadores honestos, que estão lutando pelo direito de receber pelo seu trabalho”, afirmou o presidente Loreni Dias. Ele convocou a categoria a comparecer na próxima quinta-feira (05) na comissão, quando se espera que o PL seja aprovado, finalmente.



Tiago Simon pediu vistas do projeto e trancou a votação

Pedido de vistas

A sessão já começou mal. Estava tudo certo para que o PL 96/2015, de autoria do deputado Adão Villaverde (PT), fosse votado hoje na comissão, para depois ir à votação final no plenário. Afinal, já faz dois anos que o PL tramita pela casa. Ele é importante porque garante o pagamento dos direitos dos vigilantes em caso de fechamento ou falência das empresas, como acontece com frequência.

No entanto, Tiago Simon nem esperou o término da leitura do projeto e foi logo pedindo vistas do mesmo, impedindo a decisão da comissão. “Não entro no mérito da matéria, mas é um projeto de extrema complexidade”, tentou justificar.

Isto causou muita frustração entre os que estavam na plateia e alguns manifestaram sua inconformidade ao deputado. “Por que o senhor está sempre contra nós?”, indagou uma diretora. Ele foi o único voto contrário ao PL das cotas para mulheres vigilantes, em outra comissão.



Parlamentar do PP representa os empresários e ficou incomodado com a pressão da categoria

Representante dos empresários

Incomodado com a pressão dos vigilantes, Van Hatten saiu em apoio a Simon. “Está cheio de burguês aqui dentro”, afirmou, dirigindo-se aos vigilantes presentes. “Fascistas”, ainda acrescentou, provocando os protestos imediatos dos dirigentes do sindicato. “Nos respeita”, “coxinha”, reagiram os vigilantes, iniciando-se um tumulto. Indignados e sem ter mais nada para fazer ali, os vigilantes foram embora.

Este deputado é de Dois Irmãos e representa o grande empresariado. É um profissional da política, mal saiu da faculdade e foi eleito deputado suplente, assumindo na vaga de outro parlamentar que foi para o secretariado do governo.

Sua postura costuma ser bastante agressiva e provocativa até mesmo com colegas deputados. Já sofreu condenação cível (a pagar indenização) pelo atropelamento e morte de um trabalhador,

mas recorreu. Sobre o processo criminal do caso, consta que prescreveu. Veja notícia sobre o caso.

Deputado Van Hattem pode pagar até R\$ 1 milhão em indenização por atropelamento com morte

Vítima faleceu depois de sete meses internada. Ação tramita no STJ

Familiares de Adair Wiest seguem esperando respostas da justiça sete anos depois que o pai da família faleceu em decorrência de um atropelamento às margens da BR 116, em Ivoti, no Vale do Sinos. Segundo os familiares, o homem morreu, aos 41 anos, sete meses após o incidente, causado, segundo eles, pelo hoje deputado estadual Marcel Van Hattem (PP). O advogado da família, Marcelo Bastos, estima que se o Superior Tribunal de Justiça (STJ) considerar procedente a ação movida pelos parentes, a indenização pode chegar a R\$ 1 milhão.

Adane Wiest, filha de Adair, contou que o pai retornava de moto de Novo Hamburgo, próximo das 15h, quando percebeu, quase chegando em casa, que uma peça do veículo havia caído às margens da rodovia. Como a casa ficava a aproximadamente 40 metros da BR 116, Adair resolveu deixar a moto em casa e retornar a pé até o acostamento da estrada para procurar a peça. Nesse ponto, ele foi atropelado, em 9 de outubro de 2006.

A família relata que Van Hattem chegou a parar o veículo para prestar socorro à vítima e a ir, no mesmo dia, com os pais, visitar a família de Adair no hospital. No entanto, depois, tudo mudou.

“Ele não nos procurou mais, disse que não podia ajudar e nem acionar o seguro do carro porque ele não foi o culpado, que meu pai que teria invadido a pista e que, por isso, ele teria atropelado meu pai. Não prestou nenhum auxílio. Na época eu não trabalhava, eu tinha 17 anos, meu irmão era menor (tinha 12 anos). A gente vendeu o que tinha e o que não tinha dentro de casa. Precisávamos de fralda e de óleo. Quantas vezes fomos conversar com o Marcel e ele prometia que ia ajudar e não ajudou. Nem visitar meu pai ele foi. Meu pai ficou em coma quase sete meses. Por quase três meses

o pai ficou em um lar, porque o hospital não tinha mais o que fazer. Então, é como se tivesse que esperar ele acordar. Ele teve traumatismo craniano. Mandaram ele embora. A casa era um valor absurdo. Fomos conversar com o Marcel. Ele nem bola”, desabafou Adane.

Antes da morte de Adair, o Ministério Público ingressou com uma ação criminal contra Van Hattem. Mas, segundo Marcelo Bastos, a indignação da família é pelo fato de o atual parlamentar não ter respondido pelo homicídio, somente pelas lesões corporais leves, o que tramitou no Juizado Especial Criminal.

“Quando há um atropelamento com morte, quem tem que tratar disso é o Estado. Não é a parte que promove uma ação. E o que se tem no caso concreto, é que o deputado respondeu apenas pelas lesões corporais leves. Tanto é que esse processo tramitou no Juizado Especial Criminal, que trata apenas de lesões leves. A questão do homicídio decorrente do acidente de trânsito não foi apurada. Essa é a indignação da família”, explicou Bastos.

Além disso, a família ingressou com uma ação cível contra Marcel, em 2007, que já foi considerada procedente em duas instâncias da justiça, permanecendo a decisão de culpa. A família pede indenização e danos morais pela morte de Adair. O recurso tramita no STJ, em Brasília. Mas, segundo o advogado da família, a Corte não discute a culpabilidade do motorista. Agora, a discussão é apenas com relação ao valor da indenização.

O deputado respondeu que o acidente ocorreu pelo fato de Adair ter invadido a pista. Van Hattem disse que repudia a ação da família da vítima, que foi até a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, na semana passada, e solicitou a abertura de um investigação sobre o fato, ocorrido há quase oito anos. Apesar de ter sido considerado culpado no âmbito cível, Van Hattem criticou o sistema do Judiciário. Segundo ele, o cível anda “descolado” do criminal.

“Cível, infelizmente, anda totalmente descolado do crime, do processo. O advogado, eu repito, no mínimo está orientando mal os seus clientes dizendo que não fui bem investigado.

Isso é mentira. Aconteceu tudo que tinha que acontecer do âmbito das autoridades policiais. Ele está tentando fazer um caso político, inclusive, em cima dessa situação. Mas o cível é um processo separado”, expôs o deputado.

O deputado ainda apontou considerar que a família esteja se utilizando politicamente do caso. A família rebate, assegurando que ingressou com ações contra Van Hattem antes mesmo de ele ser deputado estadual.

A família acrescentou que, na próxima quarta-feira, vai comparecer à reunião da Comissão de Direitos Humanos do legislativo gaúcho.

Fonte: Sindivilantes do Sul

Fala CNTV:

A CNTV repudia veementemente a forma com que foram tratados os trabalhadores vigilantes e os dirigentes do Sindvigilantes do Sul. É inaceitável que um parlamentar que deveria estar a serviço do povo, se comporte desta maneira. Nos solidarizamos com estes companheiros e reafirmamos a importância de que este PL seja aprovado, pois o mesmo representa a garantia dos direitos dos trabalhadores. Será que é isso que deixou o Nobre Parlamentar tão irado?

Sindesv/PE
CLUBE PORTUGUÊS
FESTA DOS VIGILANTES DE VERDADE
DOMINGO 01/OUT
ABERTURA 11:00H
MACIEL MELO
XANDE DE PILARES
BANDA SEDUTURA
SORTEIO DE BRINDES
INFORMAÇÕES 3231.5400

TEMER FECHA AGÊNCIAS DO BANCO POSTAL E, PRA VARIAR, PREJUDICA OS MAIS POBRES



Encerramento do serviço do Banco Postal por parte dos Correios deverá afetar mais de 137 mil aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que terão o pagamento de seus benefícios transferidos para outras agências bancárias, muitas até mesmo em outros municípios; decisão afeta beneficiários de 12 estados, sendo que os mais são os da Região Nordeste, especialmente os do Ceará, Piauí, Bahia e Rio Grande do Norte; Correios alegam que custo de manutenção das operações motivou o fechamento dos pontos de atendimento

De acordo com o jornal Valor Econômico, os Correios alegam que não possuem recursos suficientes para manter a operação por meio de um convênio com o Banco do Brasil. “Pelo contrato vigente entre BB e Correios, os custos para contratação de vigilantes são responsabilidade dos Correios. Entretanto, o BB e Correios mantêm negociações para encontrar alternativas que permitam a manutenção de parte dos pontos de atendimento”, disse o Banco do Brasil.

Com a decisão, o Banco do Brasil transferirá o pagamento de 81,2 mil beneficiários para outras instituições financeiras. Outros 56,7 mil terão que receber os benefícios diretamente nas agências do Banco do Brasil.

Fonte: 247

A HORA É DE LUTAR!

SINDSEG-GV/ES CUT 2018

CAMPANHA SALARIAL

ASSEMBLEIA GERAL

Dias 06 e 07 de outubro

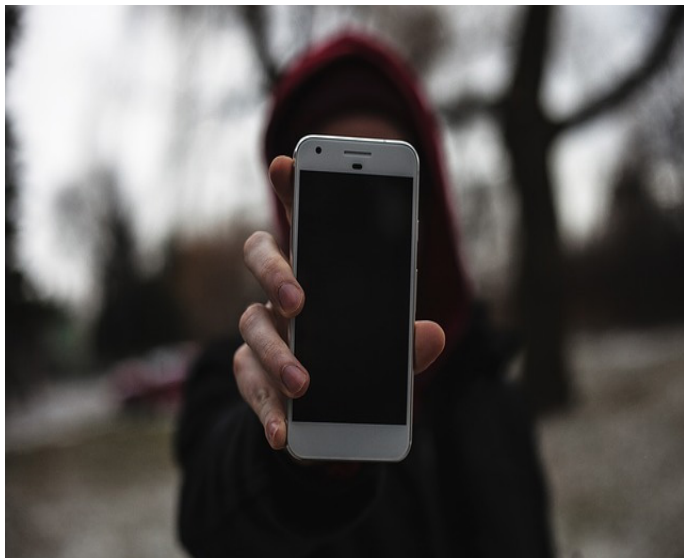
10 horas

Auditório do Sintraconst/ES
(Rua Pereira Pinto, 37, Centro, Vitória, ES)

PAUTA: Construção da pauta de reivindicações para a Campanha Salarial 2018

PARTICIPE!

Violência contra a mulher na internet é tema de audiência nesta manhã



A violência contra a mulher na internet é praticada, na maioria dos casos, por pessoas próximas.

Foto: Pixabay

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher promoveu, nesta quinta-feira (28), um debate sobre o tema “Mulheres, violências e mídias sociais: como prevenir e combater crimes de ódio contra as mulheres na internet?”.

A audiência pública foi proposta pelas deputadas Ana Perugini (PT-SP), Laura Carneiro (PMDB-RJ) e Erika Kokay (PT-DF). “Com a internet, novas modalidades de crimes contra as mulheres são praticadas todos os dias. As redes sociais se tornaram um mecanismo de reprodução de violência e perturbação contra as mulheres, expondo publicamente seus dados e sua intimidade”, alertam.

As deputadas citam que a pesquisa “Da impunidade à injustiça”, da Association for Progressive Communications, apontou que as jovens mulheres entre 18 e 30 anos são as mais vulneráveis, que em 40% dos casos o agressor é conhecido da vítima e 11% das ocorrências acabaram em violência física. “O ponto em comum entre todos os países pesquisados é que

em nenhum deles há leis, políticas ou pessoas preparadas para lidarem com esse tipo de crime e protegerem as mulheres”, ressaltou Perugini.

Ana Perugini destaca ainda que dados da Organização das Nações Unidas estimam que 95% de todos os comportamentos agressivos e difamadores na internet tenham mulheres como alvos. “Esses crimes realizados no âmbito da internet têm abrangência negativa que ultrapassa qualquer barreira territorial e seus efeitos devastadores acompanham a vítima para o resto de sua vida”, disse a deputada ao defender a importância deste debate.



A diretora de Assuntos das Mulheres da CNTV Elenilde Ilorca, presente na audiência, disse que as mulheres geralmente tem sua privacidade espalhada nas redes sociais por ex-parceiros ou ex-namorados e que casos assim, já culminaram em suicídios. Alertou que é preciso esclarecimento para que elas saibam quais são os seus direitos e como proceder em situações assim.

Fonte: Câmara Federal e CNTV

Disputa milionária vira caso de polícia e deixa caixas eletrônicos sem dinheiro

Transportadoras de valores exigiram reajuste em contrato com Banco24Horas, mas pedido foi negado pela empresa TecBan, que acionou a Justiça e a polícia para impedir que os caixas ficassem desabastecidos



Dois caixas do Banco24Horas, em Sobradinho, entorno de Brasília. A falta de dinheiro já afeta mais de 400 terminais (Foto: Sérgio Lima/ÉPOCA)

Em O mercadinho Boa Compra, numa rua esburacada de Sobradinho 2, cidade nos arredores de Brasília, estava praticamente vazio às 11 horas da manhã da quinta-feira, dia 21. Os clientes minguaram. Um dos grandes atrativos da lojinha era o caixa eletrônico do Banco24Horas que fica ali. Mas faz dez dias que ele não tem dinheiro. “A transportadora de valores veio aqui, recolheu o dinheiro e avisou que ia parar de abastecer o caixa. As vendas, de imediato, caíram 30%”, lamenta o dono do mercado, André Luiz Soares. A 3 quilômetros dali, mais caixas vazios. Na Farmácia Alternativa, o desligamento das máquinas virou caso de polícia. Os funcionários da empresa responsável pelos caixas e os da transportadora de valores que botam o dinheiro lá dentro brigaram. Foram parar na 35ª Delegacia de Polícia Civil do Distrito Federal. Não é só Sobradinho 2 que sofre com a falta de dinheiro. O desabastecimento dos terminais do Banco24Horas já atinge 25% da

rede no Distrito Federal e 12% em Goiânia. Ao todo, cerca de 400 caixas eletrônicos estão sem dinheiro.

O que está em jogo é uma disputa empresarial entre o setor bancário e as transportadoras de valores, que acontece muito longe dali, em escritórios luxuosos de São Paulo. A briga judicial transcorre no Tribunal de Justiça da capital paulista, em processos sigilosos aos quais ÉPOCA teve acesso. A rede de caixas eletrônicos Banco24Horas, com 21 mil terminais em 600 cidades, movimentou no ano passado R\$ 1,6 bilhão em transações bancárias. A dona do negócio é a empresa Tecnologia Bancária S.A., ou TecBan, cujos sócios, por sua vez, são os principais bancos do Brasil: Itaú Unibanco, Santander, Bradesco, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Citibank. A TecBan tem sua própria transportadora de valores, a TBForte, que abastece 40% de sua rede. A Prosegur e a Protege, as duas principais transportadoras de valores do país, são contratadas para cobrir cerca de 30% dos terminais.

Há três meses, elas exigiram da TecBan reajustes de 25% a 30% nos valores dos contratos, sob o argumento de que os custos aumentaram desde o ano passado – principalmente com seguro, por causa do aumento de casos de roubo e furto. O aumento pedido pelas transportadoras, que em valores absolutos seria de aproximadamente R\$ 50 milhões por ano, está bem acima da inflação dos últimos 12 meses, de 2,71% pelo IPCA. A TecBan negou o reajuste. Ainda entrou na Justiça de São Paulo, pedindo que os contratos fossem mantidos nas condições atuais por 180 dias, até que novas empresas fossem contratadas. A vitória da TecBan foi parcial. Em decisões distintas do fim de julho e início de agosto, a 16ª Vara Cível e a 11ª Câmara de Direito Privado deram metade do prazo, 90 dias, para que as transportadoras

terminem de prestar seus serviços até que a TecBan contrate novas empresas.

Foi nesse momento que a briga virou caso de polícia. O processo de transição das antigas empresas para as novas gerou desentendimentos, trocas de acusações e ao menos 40 boletins de ocorrência registrados no Distrito Federal, em Goiás e em São Paulo. De um lado, funcionários da TecBan acionavam guarnições policiais para impedir que os seguranças da Protege esvaziassem os caixas eletrônicos, sob o argumento de que o contrato ainda estava vigente. A Protege diz ter sido informada por e-mail pela própria TecBan de que uma nova empresa já estava sendo contratada e que por isso deu início ao desabastecimento dos caixas. A decisão judicial prevê que, quando uma nova empresa for contratada, é possível interromper os serviços. A TecBan diz que o contrato com a nova empresa ainda estava em negociação. Em outros boletins de ocorrência, representantes da Protege acusam a TecBan de ter danificado a fechadura dos cofres dos caixas eletrônicos para impedir que o dinheiro fosse retirado.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL
COMUNICAÇÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL
VIGÉSIMA TERCEIRA DELEGACIA DE POLÍCIA
EQNP 3034 AE Lote AVD Setor 1º Sul - 3207-7931

Ocorrência Nº: 9.7542017-1 Protocolo Nº: 1273485/2017

Data de Nascimento: 30/05/1966
Idade: 31 anos
Sexo: Masculino
Identidade: 2299450 Órgão Expedidor/UF: SSP / DF
Profissão: Técnico em Geral

HISTÓRICO

Compareceu a esta unidade SGT FABIANO comandante da VTR 2051 do PMDF, apresentando GIVANILDO ALVES DINIZ, empregado da empresa PROTEGE, e ERIC EDUARDO DE TORRES, representante da empresa TECBAN, em situação de aparente descumprimento de ordem judicial.

GIVANILDO ALVES DINIZ afirma que estava seguindo o roteiro de recolhimento quando foi interrompido por representante da TECBAN juntamente com guarnição da polícia militar e se encaminhou a esta unidade.

ERIC EDUARDO DE TORRES representante da TECBAN foi designado a comparecer ao fort atacadista onde a PROTEGE realizava desabastecimento devido. Então apresentou decisão judicial aos funcionários, os quais contavam o procedimento.

Trecho de boletim de ocorrência com briga entre funcionários da TecBan e da Protege. O consumidor perde (Foto: Reprodução)

Essa disputa contratual esconde uma briga por espaço no mercado. As próprias transportadoras de valores admitem à Justiça que o crescimento da TBForte, a transportadora da TecBan, prejudicou seus contratos. Há um participante no mercado com preços competitivos, cujos donos são os maiores bancos do país, prestando serviço para esses mesmos bancos. A TBForte ficou com o abastecimento das áreas mais rentáveis, como o centro das

grandes cidades, e sobraram para as demais transportadoras áreas cujo custo é maior, por estarem em periferias e serem mais perigosas. A queda de braço passa ainda por um polêmico Projeto de Lei em discussão no Senado. Sob o nome de Estatuto da Segurança Privada, o texto vindo da Câmara propõe, entre outras coisas, que empresas formadas por instituições financeiras, como a TBForte, e companhias com capital estrangeiro, como a Prosegur, presente em cinco continentes, sejam proibidas de atuar no mercado de transporte de valores. Com menos concorrência, quem pagará preços maiores, como sempre, será o consumidor.

A restrição foi incluída de última hora no texto do projeto pelo deputado Wellington Roberto, do PR da Paraíba, durante a votação na Câmara. O projeto chegou em dezembro ao Senado e ganhou como relator o senador Vicentinho Alves, do mesmo PR de Wellington Roberto. Desde então, os senadores tentaram acelerar sua tramitação na Comissão de Assuntos Sociais e manter o texto com as proibições. Sob pressão, aceitaram fazer uma audiência pública, mas rejeitaram pedido para que a questão fosse examinada por outra comissão, a de Assuntos Econômicos. Em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado no dia 13, o representante da Polícia Federal, Ricardo Sancovich, afirmou que a proibição excluiria 65% das empresas do mercado. “Essa restrição não atende ao interesse público, já que favorece o estabelecimento de grupos fechados, de cartéis. Isso não é bom para o segmento”, disse. Os senadores já concordaram em excluir a proibição ao capital estrangeiro, mas ainda discutem a restrição às empresas controladas por instituições financeiras.

A TecBan afirmou em nota que “houve uma indevida interrupção dos serviços de abastecimento de dinheiro por parte da transportadora de valor contratada” e que já contratou novo fornecedor para regularizar o abastecimento. A transição deverá ser concluída ainda em outubro. A Protege disse, também em nota, que o aviso prévio para rescisão do serviço seguiu “rigorosamente os prazos estipulados em contrato”, sustentou que “os serviços seguem sendo prestados conforme contrato e em total respeito ao processo judicial ainda em curso” e que a Justiça “reconhece como válidos todos os procedimentos e cronograma” para a transição do contrato. A Prosegur afirmou que “não comenta processos judiciais em andamento

Fonte: Revista Época

RN: Em nota, CUT se solidariza com terceirizados e MPT

A empresa têxtil Guararapes, dona da Riachuelo, não respeita trabalhadores e nem o Ministério Público do Trabalho



A Central Única dos Trabalhadores se solidariza aos trabalhadores terceirizados e ao Ministério Público do Trabalho do Rio Grande do Norte que moveu ação civil pública contra a empresa têxtil Guararapes, dona da Riachuelo, em defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as.

A ação do MPT/RN visa responsabilizar a Guararapes/Riachuelo, pelos direitos trabalhistas dos terceirizados, contratados por pequenas oficinas de costura no interior do Estado. Esses trabalhadores/as, na maioria das vezes, sequer recebem as verbas rescisórias; têm remuneração menor, menos direitos e proteção nas áreas de saúde e segurança no trabalho do que os empregados contratados diretamente pela Guararapes. As oficinas que trabalham para o grupo Riachuelo relatam que o preço pago por peça - R\$ 0,35 - não é suficiente sequer para cobrir os custos operacionais.

A CUT sempre denunciou e continuará denunciando que a terceirização não gera emprego nem renda, apenas precariza as condições de trabalho. E, como afirma a própria CNI, o objetivo da terceirização é reduzir custos com as despesas trabalhistas à custa da redução de direitos.

Segundo o dossiê lançado pela CUT e o DIEESE em 2015, “Terceirização e Desenvolvimento: uma conta que não fecha”, os trabalhadores terceirizados recebem 24,7% a menos do que os contratados diretos, realizam jornada semanal de 3 horas a mais e são as maiores vítimas de acidentes de trabalho. No setor elétrico, que é um setor de alto risco, segundo levantamento da Fundação Comitê de Gestão Empresarial (COGE), os terceirizados morrem 3,4 vezes mais do que os efetivos nas distribuidoras, geradoras e transmissoras da área de energia elétrica.

O MPT-RN confirma isso ao concluir que a Guararapes não gerou novos empregos, mas transferiu empregos diretos da sua fábrica para as facções – pequenas confecções terceirizadas -, que ficaram responsáveis por todos os riscos da atividade econômica, ignorando os direitos e a saúde de cada trabalhador e trabalhadora.

A CUT apoia a ação do Ministério Público do Trabalho do RN que efetivamente cumpre seu papel em defesa dos direitos e da segurança dos trabalhadores e trabalhadoras.

Fonte: CUT

41% das cidades de Pernambuco já registraram assaltos a banco em 2017



77 municípios foram afetados com investidas a bancos em 2017
Guga Matos/JC Imagem

41% dos municípios de Pernambuco já foram afetados com investidas a bancos em 2017. É isso que aponta o levantamento do Sindicato dos Bancários do Estado, divulgado nesta quarta-feira (27). 138 ocorrências foram registradas em 77 municípios de janeiro a agosto deste ano, entre assaltos, explosões, arrombamentos e as chamadas saidinhas bancárias.

O levantamento dividiu as ocorrências por macrorregiões e cidades mais afetadas. Na Região Metropolitana do Recife, que registrou 47 ocorrências, a capital pernambucana foi a mais afetada, com 24 investidas. Já no Agreste, responsável por 40 ocorrências, as cidades mais atacadas foram Caruaru e São Vicente Ferrer, com quatro investidas cada.

Na Zona da Mata, Lagoa do Carro foi a cidade com maior incidência de assaltos a bancos, mas a região registrou 22 ocorrências. O Sertão do Estado registrou 29 casos e a cidade mais atacada foi Itapetim, com quatro casos.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Apoio: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

Ainda de acordo com o Sindicato, atualmente 57 bancos e postos de atendimento estão fechados em todo o Estado, a maioria na Zona da Mata. Em seguida, vem o Agreste, o Sertão e por último a Região Metropolitana do Recife.

Fonte: (Via: Jc Online)



www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas

09-11

73300-000 Brasília-DF